

**BRASIL**, Bruno Leonard Simas\*

<https://orcid.org/0009-0002-8304-3083>

**RESUMO:** Este artigo discute a presença de 441 periódicos da imprensa de resistência à ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1988) na Biblioteca Nacional do país. Explora-se o que ela evoca, como dispositivo narrativo e rastro documental ligado a uma postura de rememoração engajada em particular, do "lembrar para nunca mais repetir" a experiência da ditadura. Aqui, o debate na historiografia recente do período é usado para abordar questões interpretativas tanto do golpe de 1964 quanto da natureza do regime subsequente. A imprensa de resistência é caracterizada, propondo-se novas leituras sobre a mesma, cotejando-se ressonâncias entre os discursos da memória política e dos direitos humanos, evocando-se formulações a respeito do arquivo como promotor de repertórios de agenciamento social.

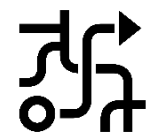
**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa; Memória política; Ditadura empresarial-militar no Brasil

**ABSTRACT:** This article discusses the presence of 441 periodicals of the resistance press against the business-military regime in Brazil (1964-1988) on the country's National Library's. It explores what it evokes, as a narrative device and documentary trace linked to an engaged remembrance in particular, of "remembering to never repeat" the experience of the dictatorship. Here, the debate in recent historiography related to the period is used to address interpretive questions of both the 1964 coup and the essence of the subsequent regime. The resistance press is characterized, in proposing new readings about it, comparing resonances between the discourses of political memory and human rights, evoking formulations of the archive as a promoter of repertoires of social agency.

**KEYWORDS:** Press, Political memory; Business-military dictatorship in Brazil

---

\* Mestrando em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), possui especialização em Comunicação e Imagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 2008) e graduação em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR, 2006). Atualmente é técnico em documentação do Coordenação de Pesquisa (CPE) da Fundação Biblioteca Nacional (FBN).



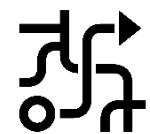
## INTRODUÇÃO

Este artigo trata do conjunto documental que forma a imprensa de resistência à ditadura empresarial-militar no Brasil levando em consideração seus meios e locais de acesso, atualmente, bibliotecas e arquivos públicos. Rastro documental dispositivo a narrativas institucionais de memória política (AGAMBEN, 2009, p. 38-39), a imprensa de resistência à ditadura não costuma ser abordada em sentidos patrimoniais, de guarda e preservação. Abordaremos, aqui, o gênero impresso que deu voz ao abafado repúdio ao período autoritário que assolou o Brasil de 1964 a 1988 com base nos periódicos de resistência acondicionados na Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Fixaremos essas páginas de crítica sociopolítica, que evocam, hoje, a experiência do regime de exceção, como suportes à leitura de discursos do ponto de vista de quem o sofreu, e não apenas viveu. Hoje arquivada, elas têm ares de testemunho por escrito. É nesse sentido que seriam, afinal, rastros documentais (RICOEUR, 2007, p. 177). Como tal, ligam-se a uma narrativa específica, inerente a um regime de memória em particular: aquele que leva em consideração os rigores arbitrários do governo militar iniciado com o golpe que apeou João Goulart da presidência do Brasil, em abril de 1964, findado entre a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 e a promulgação da Constituição de 1988.

Usaremos, aqui, parte da historiografia brasileira recente para abordar questões interpretativas tanto do golpe quanto da natureza da ditadura, para, em seguida, elaborarmos a caracterização da imprensa de resistência, justificada pelo regime de exceção. Finalizaremos explorando os diálogos da resistência impressa com a memória política, sobretudo no que tange ao discurso dos direitos humanos e às disposições arquivísticas como promotoras de repertórios de agenciamento social.

Entre pastas e encadernações que guardam exemplares de formatos, identidades gráficas e linhas editoriais distintas, a imprensa de resistência forma, na Biblioteca Nacional, um apanhado disparatado, frágil, incompleto, pluriforme e, no entanto, coeso quanto a um grito de repúdio: do horror, são palavras e imagens que herdamos.

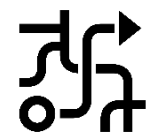


## RESISTÊNCIA A QUÊ, EXATAMENTE?

Lucília Delgado (2004) oferece diferentes chaves interpretativas para o golpe de 1964 e o regime subsequente. Ela valoriza explicações conjunturais específicas ao episódio, destacando cantilenas de “falta de compromisso com a democracia” tanto por parte da direita quanto da esquerda naqueles dias. Certa “radicalização ideológica” teria sido “a maior responsável pelo rompimento da ordem constitucional em 1964” (DELGADO, 2004, p. 25-26). Tal visão, aqui, não será contemplada: ela parece justificar a tomada de poder à força, preventivamente, responsabilizando por igual tanto golpistas quanto golpeados, considerando que um “golpe à esquerda” também andava em curso, algo empiricamente insustentável (FICO, 2017, p. 9-11). Ainda assim, Delgado dá atenção às interpretações preexistentes do golpe e do regime que nos parecem, aqui, interessantes.

Referenciando Moniz Bandeira e René Dreifuss, Delgado joga luz ao que considera a explicação “conspiratória” do golpe. Bandeira reforça que a atuação internacional norte-americana, descontente com as políticas de alianças do governo Jango com as forças populares do país, foi de grande ajuda à quebra da ordem. Berço intelectual do golpe, a Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro, vinha desde 1949 conectada aos militares dos EUA (LEMOS, 2014, p. 114). Bandeira sustenta sua visão em “amplos investimentos da CIA, inclusive em estratégia política”, em grupos conservadores brasileiros, e na Operação *Brother Sam*, onde fuzileiros navais dos EUA foram colocados à disposição para desembarque em terras tropicais, caso os movimentos populares ou o legalismo janguista engrossassem o tom (DELGADO, 2004, p. 22-23). Dreifuss, por sua vez, destaca o “bloco de poder multinacional e associado” articulado com organizações brasileiras para conter reivindicações da classe trabalhadora nacional (DELGADO, 2004, p. 23).

Às vésperas dos 60 anos do golpe de 1964, todavia, não são poucos os debates quanto à historiografia da ditadura empresarial-militar no Brasil (MELO, 2014, p. 157-158). A leitura convencional era de que o encerramento do regime se dera em 1985, quando o país voltou a ser presidido por um civil. Mas para alguns ele teria acabado em 1979, com a caducidade do Ato Institucional número 5 (AI-5), o início da redemocratização e a Lei de Anistia. Basta lembrar que a reabertura política do governo de Ernesto Geisel era “lenta e gradual”; a repressão às greves no ABC paulista, entre 1978 e 1980, e a onda de atentados à bomba em bancas de jornais no



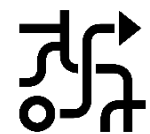
Riocentro, já em 1981, atestam que o regime de exceção seguia firme e irascível por aquele tempo. Para outro grupo, deveria-se considerar o fim da ditadura apenas em 1988, quando o Brasil passou a contar com a Constituição Federal vigente. Em 1985, de fato, a migração do poder federal para mãos civis se deu em processo controlado pelo meio militar (FICO, 2017, p. 59-60). No mais, a possibilidade de evocação, por parte do governo, do Estado de Emergência e das chamadas Medidas de Emergência eram salvaguardas que vigoraram até a Constituição de 1988 (FICO, 2017, p. 64).

Fora a questão da periodização, alguns acadêmicos passaram a sustentar que se deveria falar numa “ditadura civil-militar”. Demian Melo atribui valores revisionistas a essa leitura, afinal amenizadora da responsabilidade militar; ela se deveria, em parte, à crise das esquerdas durante o avanço neoliberal no Ocidente na década de 1990 (MELO, 2014, p. 161). Segundo Marcelo Badaró Mattos, tal encaminhamento teria acenado àquilo que François Lyotard aponta como “crise das grandes narrativas”, bem como ao fortalecimento de leituras influenciadas pelo culturalismo e pelo pós-modernismo no campo da historiografia (2014, p. 73-74). Conflitos sociais e seus componentes, como a classe trabalhadora como sujeito histórico transformador, subitamente foram diluídos no caldo relativizante do paradigma pós-moderno. Bebendo dessa fonte discursiva, o movimento em direção ao revisionismo na historiografia seria teleológico:

(...) essa crítica ao marxismo surge no campo da própria esquerda, mas se consolida numa fase de avanço do pensamento conservador, iniciada em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a ascensão dos governos neoliberais na Inglaterra e nos EUA, ganhando mais corpo em 1989, marco da desestruturação dos regimes do Leste Europeu.

O culturalismo dos historiadores, em grande medida, toma para si essa crítica ao marxismo, ou a qualquer concepção de história que se proponha a formular explicações totalizantes para a vida social. (MATTOS, 2014, p. 78)

Vinda a reboque, a argumentação em favor da nomenclatura “civil-militar”, duramente criticada por Melo, baseia-se não apenas em informações oriundas de fontes questionáveis (MELO, 2014, p. 164) como numa generalização problemática: como dizer que a mesma, entre distintos níveis de classe, raça, idade, disposição geográfica e credo, tenha simplesmente sido “conivente” com os desmandos militares? Não se pode afirmar com clareza que “o Brasil repudiava Jango”, mesmo ao turbulento início de 1964 (MELO, 2014, p. 169). O elemento “civil”, portanto, tem um recorte específico, de classe, no apoio à ditadura: por civis, leia-se “tecno-

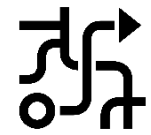


empresários” (DREIFUSS, p. 417). Eis a primeira razão para o emprego, cá assumido, do termo “golpe empresarial-militar”. A segunda razão está na natureza do regime autoritário inaugurado logo em seguida: foi, também, uma ditadura “empresarial-militar”. Renato Lemos historiciza com precisão:

O regime ditatorial instalado no Brasil a partir do golpe constituiu uma forma de exercício do poder de tipo bonapartista. A fração multinacional e associada do capital, embora tenha, de fato, tomado de assalto o Estado, praticou a dominação, em geral, de maneira indireta ou compartilhada com representantes corporativos das Forças Armadas. Identificada, até a medula e os ossos, com a sangrenta estratégia contrarrevolucionária anticomunista e antinacionalista que o capitalismo veio parindo após a revolução russa de 1917, executou reformas modernizadoras do capitalismo brasileiro - muitas delas constantes do programa do campo liberal associacionista desde, pelo menos, a década de 1940 - e preparou o terreno para a hegemonia do setor industrial e financeiro na democracia que se lhe seguia. (LEMOS, 2014, p. 122)

Tende-se a concordar com Lemos, Fico, Mattos e Melo, aqui, com apenas duas ressalvas ao último. A primeira, ao tratar da “resistência” ao regime, Melo desenvolve suas considerações apenas no sentido da resistência armada. E quanto às outras formas de resistir, como nas artes, na educação e nas tentativas de exercício do jornalismo crítico? Mariana Joffily lembra que projetos de luta armada à esquerda já existiam independentemente da movimentação de 1964; após o golpe, eles compuseram somente um ciclo das oposições ao regime (JOFFILY, 2018, p. 216-217). A segunda se refere ao que dizer quanto aos aplausos de grupos religiosos ultraconservadores ao golpe e à ditadura não citados por Melo. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” reuniu no Rio de Janeiro cerca de um milhão de pessoas um dia depois do golpe, em 2 de abril de 1964, a título de comemoração ao bem sucedido assalto ao poder legal; manifestações semelhantes ocorreram em outras cidades brasileiras. Segundo Carlos Fico,

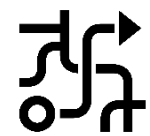
O golpe foi apoiado por muitos, mas a movimentação de tropas militares foi autorizada pelo governador [de Minas Gerais] Magalhães Pinto e, com a deliquescência do governo, o Congresso Nacional decretou a vacância do cargo de presidente da República: políticos, militares e parlamentares deram o golpe com o apoio, o entusiasmo ou para o gáudio ou desespero de muitos setores. Falar simplesmente em apoio é impreciso, pois há diferenças enormes entre a ação enfurecida de Carlos Lacerda armado e vestido com sua japona preta no Palácio Guanabara, ou a pressão das marchas das mulheres de classe média com seus rosários, o apoio institucional da Igreja católica, o beneplácito da OAB, o clamor da imprensa ou a simples satisfação política dos que concordavam com o que viam e foram para as ruas festejar ou incendiar a UNE. (...) A questão do apoio, diga-se de passagem, não está isenta de controvérsias (...). (FICO, 2017, p. 34)



Compreende-se que não há consenso quanto ao uso dos termos “empresarial-militar”, “civil-militar”, ou apenas “militar”, para designar tanto o golpe de 1964 quanto a ditadura imposta em seguida. Optar pela expressão presumivelmente adequada de “ditadura empresarial-religiosa-militar” seria um exercício extravagante de alargamento semântico. No entanto, considerando a questão controversa do apoio, lembrada por Fico, e a natureza tanto do golpe quanto do regime aberto “na marra”, segundo Renato Lemos e René Dreifuss, julga-se, aqui, a conveniência da expressão “empresarial-militar”. A simples junção de estratos sociais religiosos, ou de organizações civis, ao empresariado não é motivo para que se diga que a sociedade civil como um todo seja colocada em cumplicidade com as Forças Armadas. Há que se diferenciar simples *apoio*, em ordens simbólicas ou discursivas, e também *omissões* e *paralisações* amedrontadas ou estratégicas, de *suporte material*, organizacional, financeiro, logístico, institucional, sendo o último estreitamente ligado ao empresariado nacional e multinacional (DREIFUSS, 1981, p. 483), bem como à política externa dos EUA (SPOHR, 2020, p. 307-312).

Para Dreifuss, o governo inaugurado em 1964 era “classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder” estabelecido organicamente, onde “o poder dos interesses multinacionais e associados” possuía particular “visão estratégica que transcendia interesses restritos de companhias específicas ou de grupos sociais”, sendo, sobretudo, “capaz de formular diretrizes políticas que beneficiavam todo o bloco”. (DREIFUSS, 1981, p. 488). Em estudo mais recente, Pedro Campos, por sua vez, especifica que, por “empresariado”, entenda-se, sobretudo, o “patronato rural brasileiro”, grupos midiáticos, o setor bancário, o setor automobilístico, empreiteiras no ramo da construção civil, mineradoras e as indústrias naval e farmacêutica, fora as multinacionais (CAMPOS, 2020, p. 32-35).

As considerações acima, quanto ao empresariado, não devem isentar os circunscritos à caserna (FICO, 2017, p. 53). Eram eles os responsáveis pela censura às liberdades civis e políticas, entre outras arbitrariedades. Embora os dedurassem, não se viam executivos da Volkswagen e clérigos ligados à ordem da Tradição, Família e Propriedade (TFP) torturando diretamente presos políticos, muito menos posicionando artefatos explosivos em locais de interesse. Casos sádicos como o de Henning Boilesen, dirigente da Ultragás e patrocinador da Operação Bandeirantes que



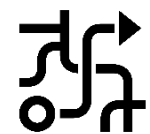
chegou a frequentar salas de tortura até terminar justificado pela resistência armada em 1971, são atípicos. A violência de Estado, característica determinante dos períodos de exceção, era monopolizada pelos trajados em verde oliva.

Três teses resumem as polêmicas acadêmicas mais recentes quanto ao regime militar, no campo da memória e da historiografia, conforme Melo (2014). Levantadas em 2014, nos 50 anos do golpe de 1964, elas tendem a ganhar novo fôlego em 2024, no seguinte aniversário redondo do acontecimento. *Grosso modo*, os apontados pelo autor como revisionistas ressaltam que “1) ‘esquerda e direita foram igualmente responsáveis’; 2) na verdade, ‘havia dois golpes em curso’ nos idos de 1964; 3) a resistência à ditadura não passou de um mito” (MELO, 2014, p. 158). Os pontos números 1 e 2 são devidamente fragilizados pelo autor. Já o item 3, explorado por Melo apenas a partir da experiência armada, evoca as seguintes palavras:

Se a resistência democrática não conseguiu acelerar a abertura, ela foi desimportante? São coisas diferentes: a dinâmica social daquela época foi muito importante para a configuração da democracia como a temos hoje em nosso país. A Constituição de 1988 foi marcada pelas demandas que mobilizaram as manifestações sociais do final da ditadura. (FICO, 2017, p. 66)

Quanto ao fato de a “sociedade civil” ter supostamente apoiado o regime, ao ponto de obliterar quaisquer iniciativas de oposição, nos limitaremos a atirar aos colos “revisionistas” um volume indelicado de papel empoeirado: ao menos entre 1964 e 1985 foram, lançados no Brasil mais de 1.100 periódicos de naturezas e localidades diversas, voltados ao repúdio à ditadura. Destes, a Biblioteca Nacional possui 441 (BRASIL, 2022, p. 119). Se considerarmos que o fim da ditadura se dera em 1988, tal conjunto documental seria maior.

Queixoso de que até os anos 1980 os debates teóricos voltados às ditaduras latino-americanas não atraíam o interesse da historiografia, Carlos Fico escreveu que, naquele momento, as discussões eram “Carentes de diálogo com fontes empíricas”: o volume de “informações disponíveis sobre a ditadura provinham da imprensa, de discursos oficiais e de depoimentos ou memórias: são recentes os trabalhos que têm acesso a grandes fundos documentais” (FICO, 2017, p. 7). No que pese à crítica de Fico, em termos de subjetividades, esquecimentos e mediações, quaisquer fundos documentais possuem fragilidades: uma pretensa hierarquização entre fontes analíticas depende da natureza dos enfoques disciplinares. Gostaria-se de celebrar, aqui, ao contrário, a importância das fontes de imprensa como suporte de pesquisa.

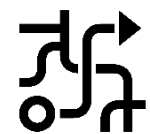


Veremos a seguir outra discussão quanto ao uso do termo “resistência”. Defende-se aqui que o termo “imprensa alternativa”, usualmente adotado em importantes estudos quanto à imprensa de resistência, seja atualizado pelo que aqui usamos: estamos falando de um movimento editorial de resistência, não de uma espécie de “lado B”, complementar, da imprensa brasileira. Já Millôr Fernandes, em um dos cabeçalhos de *O Pasquim*, apontava que “imprensa é oposição, o resto é armazém de secos e molhados”. Se a narrativa da imprensa de resistência era, de fato, uma alternativa, o era em relação ao discurso oficial, do governo autoritário. Do ponto de vista jornalístico, no entanto, ela não era exatamente uma “alternativa”, mas o jornalismo, de fato, daqueles dias. Subjetividades, apelos militantes e fundamentações ideológicas devem aqui ser levadas em consideração. Mas o livre exercício da crítica, necessário à alimentação do debate junto à opinião pública, também. Como veremos, durante a reabertura do governo Geisel, parte considerável da chamada “grande imprensa” começou a incorporar posturas críticas da resistência impressa - onde estaria, aí, a alternativa?

### **IMPrensa DE RESISTÊNCIA À DITADURA: UMA CARACTERIZAÇÃO**

Em papel impresso, a resistência à ditadura se deu nos campos da literatura, das ciências sociais e da crítica, mas também de jornais e revistas. Os periódicos que aqui nos interessam são aqueles dissociados de grandes empreendimentos editoriais, concebidos como ferramentas de combate ao regime e a tudo que o representava: o imperialismo e o capital estrangeiro, a violência de Estado e a moral burguesa (KUCINSKI, 2003, p. 16). Eram órgãos não subscritos às políticas públicas e econômicas do regime militar, em certos momentos inerentes a movimentos políticos de esquerda e/ou a conceitos da chamada “contracultura”, genericamente libertários e contestadores, no sentido de repensar não só a política, mas a linguagem, o comportamento, a arte, a espiritualidade, a intelectualidade. No contexto de descontentamento de determinados setores da sociedade brasileira com o autoritarismo militar, empreenderam-se projetos editoriais de variados matizes, alguns amadores, outros calcados em experiências profissionais, ligados tanto a movimentos sociais de base quanto a um despertar esotérico da consciência (ARAÚJO, 2000, p. 21).



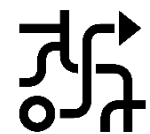


Heterogênea, a imprensa de resistência, também conhecida carinhosa e pejorativamente como “nanica”, foi ampla e complexa: suas facetas, imbricadas conforme os desejos de experimentação e contestação de seus responsáveis, tornam sua caracterização um exercício nada simples. Uma vontade, todavia, unificava tal conjunto editorial: a busca por uma maneira diferente de se fazer imprensa (SMITH, 2000, p. 64). Fundamentalmente, a imprensa de resistência procurava estabelecer narrativas críticas distintas das impostas pelos órgãos governamentais. Pouco ou nada dependente de financiamentos, ela foi em geral produzida com frágil saúde financeira e precários sistemas de impressão e distribuição. Mesmo *O Pasquim*, *Opinião e Movimento*, folhas de circulação nacional de boa aceitação por parte dos leitores, acabavam arruinadas por processos judiciais, censura prévia, apreensão de edições, ameaças de empastelamento ou atentados à bomba, prisões, insegurança ou boicote de anunciantes, temores de figurar em listas negras por parte de assinantes, etc. (SMITH, 2000, p. 60). A efemeridade pela instabilidade marcava a maior parte dos periódicos do gênero. E isso se traduzir, afinal, numa estética do improviso.

Entre os jornais e revistas do gênero resistente, havia desde rústicos boletins datilografados e mimeografados em folhas de papel sulfite, sem grandes cuidados com estilo textual ou preocupações com diagramação. Era o caso de periódicos como *O Beco* (São João del-Rei, 1976), *Conclave* (João Pessoa, 1979) e *Carta Geral* (Manaus, 1980). Mas havia, no mesmo grupo, impressos de propostas estéticas de vanguarda: ousadias editoriais válidas tanto para o plano visual quanto para o escrito. Aí estavam *Bondinho* (São Paulo, 1971), *Ex-* (São Paulo, 1972), *Corpo Extranho* (São Paulo, 1976), *Boca do Inferno* (Salvador, 1976). Anne-Marie Smith traz uma importante reflexão nesse sentido:

A grande imprensa buscava a conformidade, e seus modelos de sucesso eram incontestáveis. A imprensa alternativa, por outro lado, era heterogênea e buscava incessantemente novos modelos. Suas categorias e critérios eram amplos e imprecisos, pois se encontravam em processo de definição. Os resultados eram variadíssimos – de excelente jornalismo ao lixo absoluto, da análise profunda à bobagem total. (SMITH, 2000, p. 61-62).

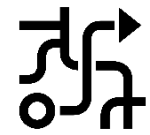
Bernardo Kucinski calcula que a mesma tenha passado por ao menos sete momentos distintos (2003, p. 16/17). O inicial se deu durante os primeiros anos do regime, quando a imprensa de resistência foi articulada e/ou integrada por figuras



egressas de periódicos que apoiavam o governo Goulart e que foram fechados com o golpe de 1964: casos de *Pif-Paf* (Rio de Janeiro, 1964) e *Folha da Semana* (Rio de Janeiro, 1965). A partir de 1967, a influência da Revolução Cubana sobre os meios estudantis levou ao lançamento de uma nova onda de impressos – muitos clandestinos, ou editados no exílio – com o propósito de atrair jovens para a guerrilha (KUCINSKI, 2003, p. 34). Nesse segundo grupo estão *Amanhã* (São Paulo, 1967), *Poder Jovem* (Rio de Janeiro, 1968) e *O Sol* (Rio de Janeiro, 1967), este o astro cantado por Caetano Veloso em “Alegria, alegria”.

No final de 1968, o AI-5 gerou a terceira fase da imprensa de resistência: a que nasceu da mais dura repressão. Paradoxalmente, foi quando surgiram *O Pasquim* (Rio de Janeiro, 1969), *Politika* (Rio de Janeiro, 1971), *Opinião* (Rio de Janeiro, 1972) e *Jornal de Debates* (Rio de Janeiro, 1973), semanários de circulação nacional e de boa aceitação por parte do público leitor – algo que grita frente ao suposto conjuro da “sociedade civil” com a ditadura, abordado anteriormente. Os periódicos desse momento se dirigiam mais clara e assumidamente em contraposição à chamada “grande imprensa”, e também ao dito “milagre econômico” (KUCINSKI, 2003, p. 14). Essa terceira fase da imprensa de resistência foi, afinal, tão expressiva que gerou a quarta, simultaneamente. Esta seria representada por *Grilo* (São Paulo, 1971), *Ex* (São Paulo, 1972), *Balão* (São Paulo, 1972): jornais influenciados pel’ *O Pasquim* e pela contracultura. Menos “caretas” do que o *Jornal de Debates* e *Politika*, eles vinham mais voltados ao humor crítico, muitos em quadrinhos (KUCINSKI, 2003, p. 34).

A quinta fase da imprensa de resistência só apareceu depois de uma “pausa”: com a decretação da Lei de Segurança Nacional, em 1969, censores federais passaram a atuar com mais vigor, até que o Decreto-lei 1.077, de 1970, passou a impor censura prévia também a veículos de informação considerados “importantes”, ou seja, os pertencentes a grandes grupos midiáticos. A peneira não impedia eventuais apreensões de edições e prisões de jornalistas, seja de “grandes” ou “nanicos”. Somente a partir de 1974, a distensão política do governo Geisel deu certo respiro ao jornalismo. Na imprensa de resistência, quando o apelo revolucionário pelas guerrilhas já havia se mostrado inviável, sua pauta se deslocou mais claramente para a política de espaço público (KUCINSKI, 2003, p. 16). A quinta fase da imprensa de resistência foi, enfim, a do início da reabertura política. Ela veio à tona com uma

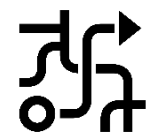


marca nova, em particular: a do ativismo expresso. Foi quando surgiram *Movimento e Versus* (São Paulo, 1975).

Em seguida, o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, aliás um “furo” exclusivo de *Ex-*, desencadeou críticas ao padrão complacente da “grande” imprensa (KUCINSKI, 2003, p. 36). A mobilização nos impressos acabou inspirando a sexta fase da imprensa de resistência, mais explicitamente consciente da necessidade de “outro” fazer jornalístico: emblemáticos, ali, foram os jornais *De Fato* (Belo Horizonte, 1976) e *CooJornal* (Porto Alegre, 1975), este o primeiro gerido por cooperativa no país. Então em seu apogeu, a imprensa de resistência passou a abarcar movimentos populares de base e a se subdividir em temas: questões femininas, raciais, indígenas, de gênero, etc. Em alguns casos, suas pautas furavam a bolha política da esquerda, onde ainda se localizava a maior parte desse tipo de imprensa. Necessário, aqui, recorrer ao que Maria Paula Nascimento Araújo diz quanto a esse momento em particular: ele

(...) representava uma novidade em relação aos outros tipos de publicação existentes, inclusive a imprensa alternativa de esquerda. Ela vinculava-se a movimentos de novo tipo, recém-surgidos no cenário brasileiro, sob influência de ideias internacionais. Esforçando-se por se fazer presentes na vida política do país, esses movimentos criavam seus próprios jornais, que funcionavam não apenas como porta-vozes de seus interesses e posições, mas que na maioria das vezes representavam o principal espaço de organização de seus militantes e de formulação de sua política e de sua visão de mundo. (ARAÚJO, 2000, p. 29).

Na imprensa negra estavam *Tiçãõ* (Porto Alegre, 1978), *Sinba* (Rio de Janeiro, 1979), *Koisa de Crioulo* (Rio de Janeiro, 1981), *Nêgo* (Salvador, 1981). Na imprensa LGBTQIA+, destacavam-se *Lampião da Esquina* (Rio de Janeiro, 1978), *Ello* (Salvador, 1978), *Boca da Noite* (Rio de Janeiro, 1980), *Iamuricumá* (Rio de Janeiro, 1981), *Dialogay* (Aracaju, 1982). A vertente feminista era representada por *Brasil Mulher* (Londrina, 1975), *Nós Mulheres* (São Paulo, 1977), *Mulherio* (São Paulo, 1981). O grupo dos periódicos de ênfase indígena contava com *Porantim* (Manaus, 1978), *Varadouro* (Rio Branco, 1977), *Mensageiro* (Belém, 1979), *Luta Indígena* (Curitiba, 1980), *Nimuendajú* (Rio de Janeiro, 1979), *Informe Chimbangue* (Xanxerê, década de 1980). Alguns destes exploravam também questões ambientais: *Parapanema* (São Paulo, 1977), *Pensamento Ecológico* (São Paulo, 1978), *Meio Ambiente* (Brasília, 1978), *Folha Alternativa* (Rio de Janeiro, 1979), *Jornal do Verde* (Rio de Janeiro, 1981). A vertente estudantil era vasta, iniciada por *Política Operária*

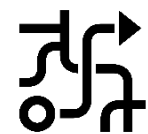


(São Paulo, década de 1960) e *Amanhã* (São Paulo, 1967), mas retomada na reabertura com *Silêncio* (Belo Horizonte, década de 1970), *Kaostigo* (Curitiba, 1976), *Alicerce da Juventude Socialista* (São Paulo, 1978), *Voz Ativa* (Rio de Janeiro, 1979). Voltados a questões agrárias e à realidade camponesa estavam *Cotrijornal* (Ijuí, 1973), *Jornal Cambota* (Francisco Beltrão, 1975), *Realidade Rural* (São Paulo, 1976), *Conceição do Araguaia* (Conceição do Araguaia, 1979), *O Posseiro* (Santa Maria da Vitória, 1980), *Lamparina* (Santarém, 1980), *Sem-Terra* (São Paulo, 1981) etc.

No âmbito político e além, talvez se possa abrir parênteses entre a quinta e a sexta fases da imprensa de resistência, explanadas por Kucinski. É provável que tenham existido mais fases. Se mesmo entre os periódicos de resistência existiam disputas e dissidências frente às diferenças ideológicas vividas pelos grupos editoriais de esquerda (KUCINSKI, 2003, p. 131), algo inerente à própria natureza da organização militante, havia ainda a imprensa anarquista. Folhas com essa inclinação circularam durante períodos distintos do regime: *Dealbar* (São Paulo, 1965), *O Protesto* (Porto Alegre, 1967), *Soma* (São Paulo, 1974), *O Inimigo do Rei* (Salvador, 1977), *Víbora* (Brasília, 1981), *Barbárie* (Salvador, 1979), *A Todo Vapor* (Rio de Janeiro, 1979), *Autogestão* (São Paulo, 1980), *Afrodite Perdeu o Rumo* (São Paulo, 1982).

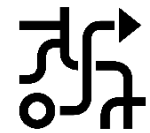
Outras conexões ainda se davam. Encampando lutas de comunidades oprimidas, a reforma agrária e o indigenismo, certos jornais da sexta fase começaram a aparecer de ainda “outros” lugares de enunciação, ou destinavam-se a eles. Era o caso de publicações eclesiais, que, à sua maneira, também integraram a imprensa de resistência: *Porantim*, até hoje circulando, era do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). *Nós Irmãos* (Rio Branco, 1971), da Arquidiocese de Rio Branco. *Pastoral Operária* (São Paulo, 1979), da Comissão para a Caridade, Justiça e Paz da CNBB. *Paneiro* (Manaus, 1979), da Regional Norte I da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da CNBB. *Aconteceu* (Rio de Janeiro, 1981), do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

Havia ainda outro grupo editor em particular: os exilados. Estes lançaram impressos que iam desde a tradicional imprensa partidária, como veículos porta-vozes de grupos, à divulgação de trabalhos artísticos e culturais de presos políticos ou exilados do Brasil. A imprensa de resistência no exílio costumava seguir lógicas



discursivas diferentes, embora complementares, às da imprensa de resistência no Brasil. Pouco ou nada censurada, ela reunia “documentos de organizações, artigos temáticos, informações e estudos sobre a situação social e econômica brasileira, denúncias da ditadura, de tortura e de prisão política, notícias do Brasil” (ROLLEMBERG, 2002, p. 453-454). Alguns de seus títulos mais expressivos foram *Front Brasileiro de Informações* (Argel, 1969), *Correio Operário Norte Americano* (Washington, 1969), *Debate* (Paris, 1970), *Cartas Chilenas* (Santiago do Chile, 1971), *Guerrilha Operária* (sem local, 1971), *Combate – Órgão do Partido Operário Comunista* (sem local, 1971), *Campanha* (Santiago do Chile, 1972), *Conjuntura Brasileira* (Paris, 1974), *Brasil Socialista* (Lausanne, 1975), *Reflexo da Cultura Brasileira no Exílio* (Estocolmo, 1978), *Correio Sindical de Unidade* (sem local, possivelmente 1978 ou 1979), *Fragmento* (Estocolmo, 1979).

No Brasil do final da década de 1970 determinados acontecimentos ainda influenciaram a imprensa de resistência: a luta pela anistia aos perseguidos pela ditadura, as greves do ABC paulista, a organização de partidos políticos de esquerda na legalidade. Aqui, segundo Kucinski, estaria a sétima e última fase da imprensa de resistência: quando ela passou a funcionar como espaço de reorganização política e ideológica de grupos marxistas. Com o “surto” de publicações provocado pela reabertura, a trajetória do movimento de esquerda no Brasil se confundiu com a história desses periódicos (KUCINSKI, 2003, p. 17). Foi o exemplo de *Versus* que, tendo abrigado o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), teve em suas páginas lançada, em 1978, a primeira proposta para a criação de um partido socialista legal. E também o de Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, da Ação Popular (AP), ao lançar e desenvolver a primeira e mais robusta campanha pela Assembleia Nacional Constituinte naquele período, em *Movimento*. Posteriormente surgiram *Tribuna da Luta Operária* (São Paulo, 1979), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o *Jornal dos Trabalhadores* (São Paulo, 1982), do Partido dos Trabalhadores (PT), entre outros. Aí entramos em mais uma polêmica. Os supracitados são lidos mais como desdobramento dos resistentes: embora guardassem feições do modelo anterior, são já imprensa partidária (BUENO, 1986, p. 55). Algo semelhante ocorreu com a nova imprensa sindical do período, inserida no mesmo campo político que, aos poucos, se modificava. Mas essa já é outra história. Ou não.



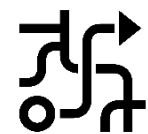
Independentemente dos flertes da imprensa de resistência com outros fazeres jornalísticos, Bernardo Kucinski se apressa em delimitar historiograficamente a imprensa de resistência ao início dos anos 1980, quando proclama seu “fim”. E a razão para isso, segundo o autor, se deu por problemas quanto à heterogeneidade do conjunto. Para ele, o que abalou definitivamente a imprensa de resistência foi seu próprio “modelo ético-político”, que estaria mais próximo a tentativas de formações ideológicas contra-hegemônicas do que de um projeto pontual de resistência ao regime:

Mas qual era o modelo ético-político da imprensa alternativa? Tinha como componente básico o repúdio ao lucro e, em alguns jornais, até mesmo o desprezo por questões de administração, organização e comercialização. Paradoxalmente, a insistência numa distribuição nacional antieconômica, a incapacidade de formar bases grandes de leitores-assinantes, certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura, tudo isso contribuiu para fazer da imprensa alternativa não uma formação permanente, mas uma coisa provisória, frágil e vulnerável não só aos ataques de fora como às suas próprias contradições. (KUCINSKI, 2003, p. 25).

No plano econômico, conforme a crise financeira da década de 1980 dificultava o aparecimento de novos empreendimentos editoriais experimentais, o fim da ditadura trazia uma mudança na forma de se enxergar a utopia, a transformação social e a ação coletiva. Smith reforça: na definhante imprensa de resistência

(...) a análise aprofundada deteriorava para um marxismo pop e generalizações abrangentes sem fundamento em dados. O jornalismo metuculoso era substituído pelo desejo de acabar com o jornalista como filtro ou mediador. Houve um incremento do jornalismo cru, tipificado por transcrições colhidas com microfones abertos. O sensacionalismo tomava por vezes o lugar da investigação. A disposição de analisar a sociedade transformou-se em fascínio apolítico por tendências e comportamento. O humorismo politicamente desafiador foi substituído pelo humor abusadamente sexista e racista. A liberdade virou licenciosidade e acabou se tornando interesseira. (SMITH, 2000, p. 63-64).

Naqueles dias o jornalismo crítico já estava na imprensa tradicional: em 1976, mesmo o *Jornal do Brasil* vinha a abordar a Operação Brother Sam (MELO, 2014, p. 159). Os coletivos engajados já eram compostos por outras gerações de militantes e a ligação entre jornalismo e política mudou de lugar social: as oposições ao sistema, afinal, já podiam se transformar em partidos, ou quase. Para sobreviver, a imprensa de resistência teria que se recriar, ou apenas morrer. O contexto da vida social brasileira, ao alvorecer dos anos 1980, era politicamente recheado de contradições: o



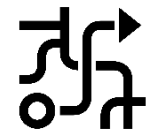
mesmo empresariado que aplaudira golpe e ditadura, em certo momento, “virou a casaca”, conforme a conveniência (JOFFILY, 2018, p. 212).

Os modelos da imprensa de resistência teriam, na tese de Kucinski, caducado muito antes do fim do regime, em 1988 - apesar da existência de periódicos facilmente enquadráveis no gênero, voltados a questões como a transição para o regime democrático, a Assembleia Nacional Constituinte e os percalços da Nova República: *Ecoação* (Campo Grande, 1985), *Voz da Nação* (São Paulo, 1985), *Zezinho* (Vitória, 1985), entre outros. Em que sentido se dava então a existência de um tardio *Pasquim*, que durou até 1991, decadente, dividido entre o apoio ao PDT e ao PMDB? Certamente entre complexas escaramuças, como tudo o que toca a política.

### **PAPÉIS RESISTINDO AO TEMPO**

Atualmente, o acesso físico a periódicos de resistência ao regime costuma ser restrito a coleções particulares e, em maior parte, a acervos geridos pelo Estado – alguns arquivos públicos estaduais possuem coleções incompletas do gênero coletadas originalmente para fins de vigilância, pelos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) locais. A Biblioteca Nacional, possivelmente, é a maior depositária do gênero impresso em questão. Nela, a imprensa de resistência se encontra diluída em seu acervo geral de periódicos.

Entre 2006 e 2010, a Coordenação de Publicações Seriadas da FBN detalhou as publicações editadas no Brasil entre 1964 e 1985 explicitamente contrárias ao regime militar e/ou ao que o mesmo representava presentes nas estantes de seu armazém. No caso, 1.127 títulos diferentes haviam sido levantados em fontes bibliográficas e catálogos institucionais diversos como pertencentes, de fato, à imprensa de resistência; desse total, a FBN possui 441 (BRASIL, 2020, p. 119). São periódicos de naturezas diversas: raros clandestinos, alguns de teores sindicais, outros estudantis, vários de organizações e partidos políticos de esquerda, muitos poéticos, de arte postal, mimeografados. É um panorama que engloba jornais, revistas, boletins e mesmo simples folhas de papel ofício fotocopiadas. A coleção geral de imprensa de resistência na FBN possui certo recorte temporal: se concentra em impressos editados a partir da redemocratização – o momento de “boom” do gênero. A instituição quase não possui periódicos de primeira e segunda fases, e poucos da terceira e da quarta (BRASIL, 2020, p. 124-249). O Centro de



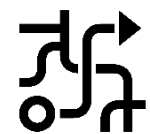
Documentação e Memória (CEDEM) da Unesp, aliás, parece concentrar impressos das duas primeiras fases, num acervo complementar ao da FBN. No caso desta, alguns desses impressos de resistência parecem ter sido doados por acaso por pessoas físicas, por vezes identificadas a partir de carimbos contendo seus nomes nas edições. Muitos títulos estão incompletos, com esparsas edições inseridas em pastas genericamente identificadas como “miscelâneas”. Muitos são os casos de apenas uma edição por título. *Brasil Socialista*, por exemplo, foi o único periódico de exilados encontrado por lá, e em exemplar solitário.

A FBN, convém lembrar, sempre foi governamental. Durante a ditadura, não devia se mostrar de maneira positiva a potenciais editores críticos ao poder: de que adiantaria possuir preocupações patrimonialistas, de doação e conservação de seus escritos como acervo público, quando, na emergência da luta política, a própria pele insurgente estava em jogo? Mais importante do que entregar material “subversivo” a um órgão que poderia encaminhar denúncia ao aparelho repressor era fazê-lo circular de mão em mão. O papel usado era barato, sem preocupação com a manutenção para a posteridade. O que a presença da imprensa de resistência na Biblioteca Nacional comunica, então?

A instituição estatal, de salvaguarda de tal acervo de resistência, deve ser, também, encarada como um dispositivo de poder, sobretudo no campo dos discursos de memória, que vêm, como lembra Andreas Huyssen, atrelados a discursos no plano dos direitos humanos (2001, p. 195-196). Huyssen revela que a ligação entre os discursos de memória e de direitos humanos foi reavivada particularmente na década de 1990, em meio a uma série de reflexões quanto aos aniversários de diversos episódios ligados à Segunda Guerra Mundial. Paul Ricoeur diz, oportunamente, que o holocausto, um “caso-limite” pela magnitude de sua brutalidade, acabou servindo de parâmetro para outros genocídios e posturas autoritárias (RICOEUR, 2007, p. 186-187), incluindo aquelas dos regimes militares na América Latina. Basta consultar as edições fac-similares do jornal *Ex-*, lançadas pelo Instituto Vladimir Herzog em 8 de setembro de 2010: uma de suas edições, mostrando um Adolf Hitler naturista estendido nas areias de uma praia tropical, deixava claro que o fascismo andava à solta, à vontade, e pior: por perto (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, 2010).

A existência de tal acervo, na BN, aponta para o fato de que, outrora “subversiva”, no pós-1985 a imprensa de resistência passou a ser encarada como



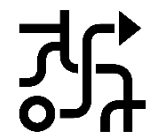


patrimônio intelectual memorialístico, requisitando proteção institucional por sua natureza: a de justificar o processo de mudança de regimes de memória. Na verdade, toda a imprensa brasileira é tratada com tal rigor de conservação, dada a Lei de Depósito Legal, que determina que todo e qualquer livro e periódico no Brasil tenha uma cópia remetida à Biblioteca Nacional. No entanto, são os títulos pertencentes à imprensa de resistência aqueles evocados sempre que o regime de exceção imposto em 1964 vem à baila, como em exposições institucionais lembrando os 40 anos da Lei de Anistia ou os 50 anos do golpe. Nas trincheiras da conflituosa memória das ditaduras latino-americanas, esse acervo tem lado: representa o Estado, ao menos em determinada instância, reconhecendo o “nunca mais”. Cabe recorrer a Beatriz Sarlo quanto a esse dever de memória:

Como instrumento jurídico e como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram uma peça central da transição democrática, apoiados às vezes pelo Estado e, de forma permanente, pelas organizações da sociedade. Nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória, manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas, não tivessem existido. (SARLO, 2007, p. 20)

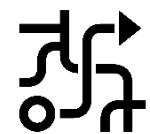
Sarlo mostra uma série de tensões no rememorar a ditadura. Noções de direitos humanos e memória da ditadura militar vêm sofrendo câmbios consideráveis em anos mais recentes – não só no Brasil. No plano discursivo, o negacionismo em relação à responsabilidade do Estado brasileiro em crimes contra direitos civis, processos de corrupção sistemática e ingerência econômica durante o regime ganhou força, acentuando-se, particularmente, em momentos como a flagrante apologia à tortura proferida pelo então deputado Jair Messias Bolsonaro, quando, aproveitando seu breve momento de discurso em voto a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, em 2016, teceu elogios à truculência policial de Brilhante Ustra, chefe do DOI-CODI do II Exército, quando na ativa. Se a alguns cabe refutar a ditadura, a outros, cabe requeotá-la.

Arquivada, a imprensa de resistência dialoga com produções de conhecimento científico acadêmico, conforme Bruno Latour (2008, p. 41-42), e de atos performáticos de governança, conforme Diana Taylor (2013, p. 48-49). Entretanto, o acervo ligado a discursos de resistência no setor de periódicos da FBN possui importantes lacunas; nem todos os mais de mil periódicos do gênero podem ser encontrados nas prateleiras da instituição, e os que podem não raro estão incompletos



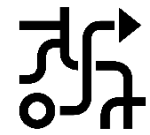
- esquecimentos consideráveis conforme as reminiscências da ditadura militar no Brasil se apresentam como memórias em disputa. Taylor não confia na suposta infalibilidade do arquivo (2013, p. 49). Utilizando-se do arcabouço conceitual da autora, aqui, julgamos conveniente concluir que atos de militância de editores de resistência se davam através de repertórios sociais, num senso comum de resistência. O agenciamento nesses atos de insurgência se dava, no passado, em *lembrar* para *contextualizar*, *registrar* e *provocar engajamento*. Hoje, o poder institucional de guarda de acervos desse tipo “agencia o agenciamento” passado: *coleta* rastros testemunhais em papel, os *preserva* e os dota de *acessibilidade* para, enfim, *promover gestos de lembrança* que os trazem à tona junto a eventuais discussões na esfera pública, como suportes capazes de provocar a reflexão necessária ao discurso “ditadura, nunca mais”. É assim que tais conjuntos documentais se fazem ferramentas narrativas de poder. Durante a ditadura, com a imprensa de resistência, a lembrança estava *no começo* das performances editoriais que as produziam; hoje, nas instituições que as guardam, *no fim* das performances de arquivo. Salvaguardados e mediados institucionalmente, atos passados permitem novos repertórios e, conseqüentemente, novas formas de incorporação e ação política, através da leitura.

Independentemente do quanto a heterogeneidade do “modelo ético-político” da imprensa de resistência possa ter contribuído para seu fim, somos simpáticos a uma abordagem inclusiva ao amplo leque que pode ser enquadrado sob o gênero. Somos levados a entender que, entre os periódicos de quinto e sexto movimentos, aqueles de inclinação ideológica anarquista, ecumênicos e produzidos no exílio, poderiam configurar como três distintas fases da imprensa de resistência, além das sete propostas por Kucinski. Nos questionamos se as imprensas sindicais, partidárias, de movimentos de base e de associações de moradores não seriam, também, novas fases, quando não “subfases” da imprensa de resistência pós-1974. O mesmo vale a impressos de poesia marginal e arte postal do final da década de 1970 e ao longo da de 1980. No que pese o engajamento político da poesia e das artes gráficas durante a ditadura, o “Catálogo de Imprensa Alternativa” editado pelo Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular da extinta Rio Arte, em 1986, não propõe a distinção da imprensa de resistência em fases; todavia, considera a relevância da chamada “geração mimeógrafo” no gênero (MÍCCOLIS, 1986). Somos, aqui, solidários a essa visão.



Vimos aqui que a imprensa de resistência à ditadura possuía um traço de legitimidade jornalística crucial, quando furava as brechas da repressão. É verdade que seus pendores militantes mandavam para escanteio critérios de isonomia, imparcialidade e objetividade: faculdades, afinal, problemáticas em qualquer órgão de comunicação. Mas um jornalismo crítico, atuante junto à opinião pública, não faz parte da utopia democrática? Em certos aspectos, foram os “nanicos” (e não os “grandes”, salvo exceções durante a redemocratização) que, ao longo do período autoritário, seguiram a tradição do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense* (Londres, 1808), de Hipólito José da Costa, crítico à Coroa portuguesa no Brasil e editado, por essa e outras razões, no exílio. Foi essa resistência impressa a descendente direta dos pasquins panfletários de crítica virulenta durante o Primeiro Reinado e da imprensa operária e anarquista que circulou no Brasil entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX (KUCINSKI, 2003, p. 21). Ela não deveria ser considerada “alternativa”, pois foi, afinal, a imprensa possível em certos momentos. O rigor denunciativo atualmente encontrado na internet, em blogs ou redes sociais, nos fazem crer que o jornalismo-ativismo não é datado. Embora com tintas diferentes, no debate sobre a violência policial no Brasil, o caso Herzog ecoa no de Genivaldo de Jesus Santos (2022), entre tantos outros. São muitos os paralelos da imprensa de resistência à ditadura com gêneros mais antigos (BUENO, 1986, p. 47) e com o jornalismo pós-internet (CHINEM, 2004, p. 130-131).

Nossos olhos voltados ao passado ocasionalmente miram de soslaio resquícios atuais do regime militar. Apenas recentemente o empresariado dado a graúdos suportes à ditadura está entrando em pauta. Nossa polícia continua militar. São forças poderosas, frente a iniciativas independentes de denúncia de suas arbitrariedades, ontem e hoje. As formas como encaramos manipulamos a materialização por escrito desses gritos de repúdio, lembrando-os, apagando-os, possuem implicações políticas cotidianas, muito além de ordens teóricas. A “corda bamba” vale para “nanicos” de todos os tempos: sobre um fosso de terror e precariedade, cabe lembrar da existência de certas tentativas de equilibrar liberdade de expressão com a acessibilidade intelectual de amplos setores sociais a valores democráticos.



## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

BRASIL, Bruno L. S. Resistência no papel: a imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil no acervo da Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 140, 2020, p. 103-250, 2022.

BUENO, Márcio. A imprensa alternativa – ontem e hoje. In: MELLO, Maria Amélia (Org.). *Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1986, p. 47-59.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia. *Sillogés (ANPUH-RS)*. Porto Alegre, vol. 3, n. 1, p. 15-42, janeiro a junho de 2020.

CHINEM, Rivaldo. *Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à Internet*. São Paulo: Disal, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 15-27.

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

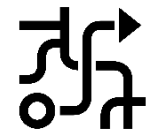
FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, vol. 09, n. 20, p. 05-74, janeiro a abril de 2017.

HUYSSSEN, Andreas. *Cultura do Passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. São Paulo: Contraponto, 2001.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. *Edições fac-símile do jornal Ex-*. Edição digital, 8 de setembro de 2010. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/acoes-ivh/edicao-fac-simile-do-ex/>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, vol. 10, n. 23, p. 204-251, janeiro a março de 2018.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EDUSP, 2003.



LATOOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, J (Orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 21-44.

LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós 1964. *Marx e o marxismo* (NIEP-Marx, UFF). Niterói, vol. 2, n. 2, p. 112-138, janeiro a julho de 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 67-98.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 157-188.

MÍCCOLIS, Leila. *Catálogo de Imprensa Alternativa*. Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular (Rio de Janeiro, RJ). Rio de Janeiro: Rio Arte, 1986.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, São Paulo: EdUnicamp, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 451-468.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

Recebido em 19/09/2023

Aprovado em 05/12/2023